

MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA E DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM UMA SITUAÇÃO DE CRISE¹

BLANK, Julia Caroline Goulart²

SOUZA, Antonio Escandiel de³

DORNELES, Elizabeth Fontoura⁴

Resumo: O presente trabalho propõe-se a analisar o discurso das propostas de campanha do reitor *pro tempore*, eleito em 2018, no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), a fim de verificar como elas contribuem para a garantia da democracia dentro da instituição, bem como a qualidade do ensino. Para tanto, abordamos a criação e consolidação dos Institutos Federais no Brasil, bem como conceitos sobre gestão democrática e linguagem enquanto prática social.

Palavras-Chave: Análise Crítica do Discurso; IFRS; Democracia.

Abstract: This paper proposes to analyze the discourse of the rector *pro tempore*'s campaign proposals, elected in 2018, at the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS), in order to verify how they contribute to the guarantee of democracy within the institution, as well as the quality of teaching. Therefore, we approach the creation and consolidation of the Federal Institutes in Brazil, as well as concepts about democratic management and language as a social practice.

Key Words: Critical Discourse Analysis; IFRS; Democracy.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar as propostas de campanha do reitor *pro tempore* eleito no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS para mandato tampão de 2018 a 2020. A intenção é identificar como se dá a manutenção da democracia e da qualidade do ensino superior e técnico promovido pela instituição após vivenciar uma situação de crise com a morte do então reitor.

Aqui, utilizamos a metodologia de pesquisa social qualitativa, baseada no estudo de caso do IFRS. Como forma de análise dos dados, optamos pela teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD) que considera a linguagem como uma prática social, que transforma o

¹ Trabalho enviado para a 8ª Conferência FORGES.

² Mestranda do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Email: julia.blank@ibiruba.ifrs.edu.br

³ Doutor em Letras. Professor do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Email: asouza@unicruz.edu.br

⁴ Doutora em Letras. Professora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Email: edorneles@unicruz.edu.br

contexto no qual está inserida ao mesmo tempo em que é transformada por ele. Com essa metodologia, o contexto dos discursos são tão importantes quanto seu conteúdo linguístico.

A gestão democrática é um dos pilares do IFRS, pois os estudantes e servidores podem escolher por meio do voto quem os representará a frente da instituição. Essa é uma premissa muito séria e que afeta diretamente a maneira como a instituição é gerida, pois assim, é possível selecionar dentre os candidatos aquele que oferece a proposta que cada um considera mais adequada para o crescimento do Instituto como um todo.

O fato de ser uma instituição multicampi, com unidades em todo o estado do Rio Grande do Sul, torna a administração um desafio, pois os perfis são diferentes em cada campus, e cabe ao reitor otimizar a gestão para que alcance as necessidades particulares de cada um. Assim, esse é um cargo chave para o crescimento do IFRS e implica diretamente nas práticas adotadas em outros setores, desde o ensino até pesquisa e extensão, dado que é o reitor que escolhe sua equipe.

Os Institutos Federais, a Democracia e a Qualidade da Educação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, doravante IFs, foram criados no Brasil pela Lei 11.892⁵ no ano de 2008, por meio da união de escolas técnicas já existentes e detêm natureza jurídica de autarquia, ou seja, conservam a autonomia para tomar decisões nos âmbitos administrativo, financeiro, didático-pedagógico, patrimonial e disciplinar, são instituições vinculadas ao governo federal, porém independentes e capazes de se autogerir. Essas instituições são voltadas especialmente para o ensino técnico e também oferecem cursos superiores, sendo que nesses últimos são equiparadas às Universidades Federais.

Cada estado brasileiro possui pelo menos um IF, no entanto, alguns estados têm mais de uma unidade. Bahia, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina possuem dois IFs cada, Rio Grande do Sul possui três IFs e Minas Gerais possui cinco IFs. Essa diferença se dá pela quantidade de escolas técnicas que havia em cada localidade, com perfis diferentes e áreas de atuação distantes, logo, foram unidas de acordo com suas semelhanças. Os IFs atuam em e para a sua localidade, sendo que os cursos novos de cada *campi* devem ser decididos por meio de audiências públicas e escuta às solicitações da sociedade (PACHECO, 2011).

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 17 de julho de 2018.

A estrutura dos IFs é *multicampi*, ou seja, existe a reitoria em uma cidade e diversos outros *campi* pertencentes ao mesmo IF em outras cidades, o que leva à confusão em estados com mais de uma unidade, pois devido à marca ser igual para todos os IFs, acaba-se acreditando que são todos a mesma instituição. No caso do Rio Grande do Sul, são três: O Instituto Federal Farroupilha - IFFar, com reitoria em Santa Maria; O Instituto Federal Sul-Riograndense - IFSul, com reitoria em Pelotas; E o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, com reitoria em Bento Gonçalves, que é o objeto desse trabalho. Esse é o único estado brasileiro que não possui uma reitoria na sua capital, Porto Alegre, fato esse devido à articulação da comunidade de Bento Gonçalves, onde havia uma das escolas técnicas que deram origem ao IFRS, para que a sede administrativa fosse nessa localidade.

A administração dos IFs é composta pelo reitor, pró-reitores, diretores-gerais, diretores e coordenadores de setor. O reitor e os diretores de *campi* são eleitos democraticamente a cada quatro anos com votos paritários entre técnicos administrativos, docentes e discentes e cabe a eles indicar os demais integrantes de sua gestão. Embora a eleição seja democrática, as condições para a candidatura são arbitrárias, podendo concorrer ao cargo de reitor apenas os docentes, excluindo os técnicos administrativos, que também são servidores públicos da instituição e seriam capazes de exercer tal atividade.

A participação da comunidade interna e externa é mais ampla e significativa no órgão administrativo superior, de caráter consultivo e deliberativo, o Conselho Superior. Segundo Pacheco (2011, p.9): “Os Conselhos Superiores, órgãos coletivos autônomos e expressão legítima da comunidade em seu conjunto, devem se constituir como definidores da identidade de cada unidade e gestores da integração desta com a sociedade.” Esse Conselho é composto por representantes docentes, discentes, técnicos-administrativos, egressos, sociedade civil, Ministério da Educação e Colégio de Dirigentes. Essa é uma das instâncias que visam promover e manter a democracia dentro da instituição, dando espaço para que todos participem efetivamente das decisões tomadas em relação à instituição.

O IFRS⁶, objeto desse trabalho, é formado por 18 unidades, sendo 17 *campi* e uma reitoria. Essa instituição se originou de três escolas técnicas previamente existentes, localizadas nas cidades de Bento Gonçalves, Sertão e Canoas, em seguida uniram-se duas instituições até então pertencentes à universidades federais em Porto Alegre e Rio Grande, assim, aos poucos foi se expandindo, sendo que hoje, além das cinco primeiras unidades,

⁶ Informações disponíveis no site da instituição pelo link: <https://ifrs.edu.br/institucional/teste/> Acesso em: 11 de setembro de 2018.

também possui *campi* nas cidades de Alvorada, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Restinga (Porto Alegre), Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão, além da reitoria localizada em Bento Gonçalves.

A administração do IFRS é eleita de forma democrática, por voto direto dos servidores e discentes, onde é escolhido o reitor e esse determina a equipe que o acompanhará. Desde sua criação, em dezembro de 2008, o IFRS passou por quatro gestões, duas delas, de 2009 a 2015, com Cláudia Schiedeck Soares de Souza como reitora. Em 2016, assumiu a reitoria Osvaldo Casares Pinto, que faleceu em dezembro de 2017, antes de completar seu mandato, que se estenderia até 2020. Esse fato gerou uma crise institucional, que levou à convocação extraordinária do Conselho Superior para definir como se daria o processo de sucessão do reitor.

De acordo com o decreto nº 1.916⁷, de 23 de maio de 1996, em caso de vacância do cargo de reitor por qualquer motivo, a instituição terá o prazo de 60 dias para indicar quem ocupará o cargo, ou deflagrar nova eleição. Caso o processo não ocorra, o Presidente da República nomeará *pro tempore* o novo reitor, conhecido nesse caso como interventor. O Conselho Superior do IFRS manifestou preocupação com essa possibilidade, dada a necessidade de manutenção da democracia dentro da instituição, mesmo em momento delicado conforme citado na ata⁸ da quarta reunião extraordinária do Conselho Superior do IFRS, realizada no dia 12 de dezembro de 2017. A partir de então, foi elaborado um novo processo de consulta para reitor, que consistiria em um mandato tampão, elegendo um reitor *pro tempore* para concluir o ciclo de quatro anos já em andamento, mas seguindo todos os trâmites englobados em uma eleição comum dentro da instituição.

No apanhado geral, os IFs são instituições democráticas, dão espaço a todas as vozes que estão presentes em sua constituição. Para entendermos a relação democrática dentro do IFRS e como a morte do reitor abalou esse processo, primeiro precisamos assimilar o que é a democracia e como ela se consolidou, ou não, na sociedade atual.

O conceito sobre o que é democracia é discutido há mais de 2.500 anos e remete à Grécia antiga, no entanto, ela não foi inventada, como se inventaria um objeto, foi sua construção social e discussões sobre o tema ocorridas ao longo do tempo que a levaram ao patamar de ascensão que alcançou no século XX (DAHL, 2001). A ideia é, basicamente,

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1916.htm Acesso em: 11 de setembro de 2018.
⁸ Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Ata_Extraordinaria_04_2017_Consup_12_dezembro.pdf Acesso em: 11 de setembro de 2018.

simples: os governantes precisavam do consenso dos governados, precisavam ser legitimados em sua identidade frente à sociedade, um governo onde as pessoas envolvidas naquela comunidade pudessem tomar parte ativa das decisões e se sentissem representadas pelo seu governante.

Colocar em prática essa ideia, todavia, não é tão simples. Os modelos de democracia que se apresentam na sociedade atual são, por muitas vezes, controversos e desviam-se de seu caráter ideal, propagando a hegemonia das classes sociais mais altas. Santos (2002) classifica essas situações como democracias de baixa intensidade, onde há o ideal democrático, no entanto, a execução das ideias pode falhar em certos pontos. Ainda assim, o que se pode aplicar da democracia na realidade é sempre uma conquista, uma vantagem perante regimes que impedem a participação direta da sociedade que envolve.

Dahl (2001) define cinco critérios para que um governo/administração seja democrático: a participação efetiva, onde todos os membros têm oportunidades iguais de participar e expressar suas opiniões; a igualdade de voto, onde todos possam votar e seus votos sejam contados igualmente; o entendimento esclarecido, para que cada membro conheça e aprenda sobre as políticas e suas consequências; o controle do programa de planejamento, no qual os membros podem decidir como e quais questões devem ser colocadas no planejamento; a inclusão dos adultos, onde todos os adultos residentes permanentes daquele local têm direito de cidadão, podendo usufruir dos demais critérios.

É importante pensar sobre o apoio à governos democráticos, pois em situações políticas conflitantes e resultados que não atingem o ideal projetado, há sempre o questionamento sobre a opção por essa forma de governo. No entanto, mesmo um regime democrático falho é melhor que uma tirania. Uma democracia não é apenas uma forma de governo, é também uma forma de garantir direitos para a população, não somente em termos sociais, mas ainda enquanto indivíduos, é por meio da democracia que é possível aos cidadãos a expressão de suas ideias e opiniões. É o mais próximo da garantia à liberdade de escolha, relacionada a diversos aspectos da vida social e particular, mesmo que limitados, talvez não seja o modelo perfeito e idealizado, mas qualquer estado democrático garante melhor a liberdade de seus membros do que qualquer outro modelo, pois é a única possibilidade que os indivíduos têm de escolher suas leis. Assim, o desenvolvimento humano se dá de um jeito mais pleno, onde os cidadãos são responsáveis civil e moralmente por suas decisões, sendo considerados iguais uns perante os outros, ao menos em questões de decisão via voto. Esses fatores, somados, resultam em prosperidade e crescimento para os locais onde o modelo democrático é adotado (DAHL, 2001).

As vantagens que a democracia apresenta não estão restritas apenas a governos de países, esses conceitos podem ser aplicados em praticamente todos os modelos de gestão, pois a participação dos envolvidos em cada processo facilita o entendimento dentro de um mesmo universo. A garantia dos direitos e deveres que a democracia apresenta são extremamente relevantes para o progresso e desenvolvimento de uma sociedade, seja ela de pequeno ou grande porte. Dessa forma, a gestão democrática adotada no IFRS oferece aos participantes desse grupo a oportunidade de participar das decisões, de escolher quem representará e tomará importantes decisões dentro da instituição. Logo, é legítima a preocupação dos membros do Conselho Superior do IFRS em manter esse modelo de gestão.

A qualidade da educação está intimamente ligada a esses processos democráticos que ocorrem dentro de uma instituição de ensino. Partindo do pressuposto de que a educação deve ser libertadora e fornecer as bases para que os estudantes possam desenvolver seu conhecimento, o fato de participar ativamente da construção de seu ambiente escolar traz à tona uma gama incomparável de conhecimentos e ações que levarão esse estudante a desenvolver-se melhor, tanto em se tratando de conteúdos acadêmicos, como também de suas relações sociais e enquanto cidadãos. A importância da liberdade dentro da escola é ressaltada por Freire (1996, p.105): “Gostaria uma vez mais de deixar bem expresso o quanto aposto na liberdade, o quanto me parece fundamental que ela se exercite assumindo decisões”.

A gestão democrática é uma maneira de garantir tal liberdade, ao mesmo tempo em que se promove a qualidade da educação, pois para Luck (2000) são quatro pilares para a eficácia da escola: a autonomia de gestão, a existência de recursos sob controle local, liderança do diretor e participação da comunidade. Esses fatores são capazes de dar mais efetividade para as práticas educacionais, ressaltando a importância de manter um ambiente aberto, onde os gestores possam organizar a escola com a participação daqueles que estão intimamente ligados ao processo, sejam eles alunos, professores, pais ou comunidade onde a escola está inserida.

Para Luck (2000, p.27): “A gestão democrática implica a participação de todos os segmentos da unidade escolar, a elaboração e execução do plano de desenvolvimento da escola, de forma articulada, para realizar uma proposta educacional compatível com as amplas necessidades sociais.” A autonomia relativa e a descentralização dos IFs são fatores que auxiliam a gestão democrática, pois facilitam o acesso de mais pessoas à instituição e a equipe diretiva pode gerenciar seus recursos de forma adequada ao local onde se encontra, esses são fatores fundamentais para o sucesso na educação de ensino técnico e superior promovida pelos IFs.

Linguagem como Prática Social

Os usos da linguagem feitos pelos indivíduos são imprevisíveis e múltiplos, eles buscam a expressão de seus mais complexos desejos e ambições por esse meio. A língua é uma construção social que permite essa interação, é capaz de se moldar de diversas formas a fim de traduzir as relações individuais e coletivas, variando de acordo com o propósito e dos participantes de cada situação.

A palavra ‘discurso’ empregada nesse trabalho está correlacionada ao uso da linguagem como forma de prática social (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso é um modo de ação e representação do mundo, dando significação ao que está ao entorno dos seres, atuando de forma dialética com a estrutura social, pois são as relações sociais que moldam o discurso, mas ao mesmo tempo em que o fazem, também são transformadas por ele. Cada evento discursivo pode variar de acordo com o ambiente onde é gerado, isso implica em diferenças, por exemplo, entre o discurso jornalístico e o discurso acadêmico.

As implicações práticas do discurso enquanto prática social são de caráter constitutivo, pois é por meio dele que são construídas as identidades sociais, relacionadas à sociedade de forma coletiva, e as posições de sujeito, com viés mais individual. É responsável, também, pela interação dessas construções nas relações sociais entre as pessoas. Somado a tudo isso, pode-se dizer que o discurso contribui para a formação dos sistemas de conhecimento e crença.

A Análise Crítica do Discurso busca refletir sobre os diversos tipos de discurso considerando três eixos: a prática textual está ligada a noções gramáticas, como a força dos enunciados, a coerência do texto, a intertextualidade, entre outros. A prática discursiva leva em conta o contexto da produção, distribuição e consumo do texto. Já a prática social vê o discurso como uma ação social, entremeada de ideologias e relações de poder, mas que pode ser utilizado para a transformação de práticas engendradas na sociedade (FAIRCLOUGH, 2001).

Dentro da prática social, o discurso pode adquirir caráter de prática política e age diretamente nas relações de poder e nas entidades coletivas, seja para mantê-las, seja para transformá-las. Cada tipo de discurso, dentro de seu determinado contexto, é investido política e ideologicamente de formas específicas, no entanto, podem ser transformados e, conforme Fairclough (2001, p.95): “Isso significa que os discursos podem também ser envolvidos de diferentes maneiras - podem ser ‘reinvestidos’”.

Existem tipos de discurso normalmente associados a diferentes esferas da sociedade, no entanto, essas formas não são estáticas e imutáveis. Os arranjos dos elementos do discurso podem se tornar contraditórios, por exemplo, as diferentes posições de sujeito de um indivíduo em uma instituição podem ser naturalizadas ao ponto de serem vistas como complementares, conforme cita Fairclough (2001, p.96): “Em diferentes circunstâncias sociais, os mesmos limites poderiam tornar-se foco de contestação e luta, e as posições de sujeito e práticas discursivas associadas a eles poderiam ser consideradas contraditórias”.

O que é permitido em um lugar, mas não em outro, pode se tornar uma base para a mudança do que estava posto. Os limites mencionados podem ser fortes ou fracos, dependendo de cada situação, a luta para a redefinição dos elementos antigos, ocasiona novos elementos discursivos. Portanto, uma prática discursiva está ligada a uma prática social, uma faz parte da outra, a primeira como uma manifestação da segunda, que pode ser inteiramente constituída por ela ou conter, ainda, elementos não-discursivos.

Fairclough (2001) faz três reflexões importantes sobre ideologia e sobre como ela age no campo do discurso. Primeiro, que as práticas discursivas das instituições materializam sua ideologia. Segundo, que os sujeitos são constituídos ideologicamente. Terceiro, que os aparelhos ideológicos de estado, as instituições como a mídia e a escola, são os marcos e locais das lutas de classe. As ideologias são construções da realidade que contribuem para a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Isso se reflete nos discursos, desde a tomada de turno em uma conversação, as convenções de polidez, etc., revelam pressupostos ideológicos que recaem sobre as identidades sociais. Para a análise, ainda podemos citar a hegemonia, o poder de um indivíduo ou instituição sobre a sociedade, manifesta em diferentes âmbitos, como o econômico e o cultural, assim destaca Fairclough (2001, p.126):

O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz - uma forma de analisar a prática social a qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes - como um modelo - uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes.

Com isso, podemos concluir que os eventos discursivos tanto podem servir para preservar as relações de poder e hegemonia quanto para transformá-las por meio da luta contra-hegemônica. Conforme os produtores e receptores dos discursos vão criando novas combinações de elementos e códigos e, ao passo em que esses passam a ser naturalizados, são

criadas novas hegemonias discursivas, mediante a luta e com estabilidade relativa, pois podem voltar a sofrer mudanças. Esses novos discursos iniciam localmente e podem se expandir até atingir a todo o mundo.

Análise das Propostas de Campanha do Reitor Eleito

As amostras para essa análise foram selecionadas na página da rede social facebook⁹, onde o então candidato a reitor Júlio Heck divulgou sua campanha. As postagens selecionadas recortam as propostas do candidato com temas identificados como diálogo, unidade, compromisso, atitude e compartilhe ideias. As postagens foram feitas entre o dia 11 de fevereiro e 6 de março de 2018, sendo que a eleição aconteceu no dia 8 de março de 2018.

A amostra global se caracteriza por peças de enfoque publicitário, sendo esse o gênero discursivo que impera. Dessa forma, a produção contou com um profissional da área, mas dispondo da utilização de frases do próprio candidato, identificadas entre aspas. A estratégia de distribuição das peças por meio do facebook, uma rede social amplamente utilizada pelos jovens¹⁰, que caracteriza os estudantes do IFRS, identifica o interesse em atingir esse público, que é o mais numeroso e misto da instituição.

Assim, também é facilitado o consumo, pois os interessados tem a possibilidade de compartilhar a publicação, replicando-a para seus amigos da rede. A boa interação entre os usuários e a página é fundamental para o sucesso da mensagem, no caso das postagens analisadas, não houve grande número de compartilhamentos e curtidas, indicando que os servidores e alunos não estavam dispostos a escolher um lado na disputa. As peças com maior interação foram as que versaram sobre gestão democrática e integração entre os *campi* do IFRS, mostrando o interesse do público pelo tema.

As peças antecipam variados tipos de audiência dado o conteúdo mencionado em cada uma, que pode ser relativo à professores, técnicos administrativos ou estudantes. As propostas variam de um público específico para vários públicos, sendo que as propostas mais plurais versam, especialmente, sobre o tema transparência. Esse tema, no entanto, recebeu leituras resistentes por parte da oposição, onde uma das principais contestações a respeito da atual gestão, a qual foi representada por Júlio no pleito, era a questão da transparência nos

⁹

Disponível

em:

https://www.facebook.com/pg/julioeiter2018/photos/?tab=album&album_id=1826739040731276 Acesso em: 9 de outubro de 2018.

¹⁰ Segundo a pesquisa TIC Kids Online, 70% das crianças e adolescentes do Brasil estão nas redes sociais. Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_KIDS Acesso em: 9 de outubro de 2018.

processos administrativos. Apesar disso, Júlio não menciona a gestão de Osvaldo em nenhum momento na campanha online, tentando criar uma identidade nova e não recorrer à memória e trabalhos do reitor anterior. O único momento em que faz menção à gestão anterior é falando sobre seu próprio trabalho enquanto pró-reitor de Pesquisa, Pós-Pós-Graduação e Inovação.

O texto, de forma geral, é feito para ser consumido de forma coletiva. O uso de um coração como símbolo fortalece a ideia de união que é pregada em determinadas propostas, como na peça¹¹ postada no dia doze de fevereiro de 2018, que propõe a “criação de ações e programas de integração entre as unidades do IFRS”. Esse é outro tema de grande destaque, dado o fato de o IFRS ser uma instituição multicampi, o que gera desafios na gestão, pois é fundamental observar as especificidades de cada local.

A representação discursiva intertextual pode ser vista indiretamente em pautas de reivindicação de setores e categorias da instituição. Por exemplo, na peça¹² compartilhada no dia três de março de 2018 que versa sobre a “criação de canal permanente com CIS e CPPD para elaboração de editais anuais de redistribuição, com critérios constituídos pelo conjunto da comunidade”. Essa é uma demanda presente no discurso de parte dos servidores, especialmente daqueles interessados em atuar em outro campus, os quais almejam mais clareza nos processos relativos à mobilidade interna. A menção a esse canal está relacionada a proposta de gestão democrática e transparente, sua principal bandeira.

A construção do ethos discursivo foi de tranquilidade e voltada principalmente para o aspecto de união, esse padrão foi quebrado a partir dos dois debates que ocorreram na campanha, onde as publicações online passaram a ter um selo com as palavras “Compromisso e Atitude”, referenciando a ideia de que aquilo debatido não seriam apenas palavras vazias. Esse posicionamento foi enfatizado em publicações referentes à respostas de ofícios encaminhados por núcleos da instituição e pelo sindicato dos servidores.

No discurso das peças não há promessas exorbitantes, visa planos e metas executáveis ao longo de um mandato ainda mais curto. Dessa forma, é visível a preocupação em trabalhar em prol do IFRS como um todo, buscando melhoras reais inclusive nas relações sociais dentro da instituição, pois há pontos que abordam a presença mais efetiva de técnicos administrativos e estudantes dentro da administração.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/julio-reitor2018/photos/a.1826739040731276/1833447176727129/?type=3&theater>
Acesso em: 16 de outubro de 2018.

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/julio-reitor2018/photos/a.1826739040731276/1858831987521981/?type=3&theater>
Acesso em: 16 de outubro de 2018.

A eleição de Júlio como reitor pode ser considerada como manutenção da hegemonia administrativa do IFRS, visto que ele faz parte da equipe que se reveza no poder desde o início da instituição. No entanto, em se tratando de uma instituição nova e com muitos desafios em termos de consolidação nas comunidades em que atua, a manutenção do poder por um determinado grupo deve ser relativizada, pois o tempo de mandato de cada reitor eleito é de apenas quatro anos, tempo insuficiente para a estruturação e afirmação de uma instituição. Sendo assim, a continuidade de um projeto, referendado pela comunidade acadêmica por meio do voto, é vista como benéfica para o crescimento do IFRS.

CONCLUSÃO

A democracia se constitui aos poucos tanto nos países como dentro das instituições. Tal forma de administração pode não ser perfeita e carecer de vários aperfeiçoamentos, ainda assim, é a melhor opção para garantir a liberdade e a participação de toda a sociedade na construção do mundo em que habita.

Dentro de uma instituição de ensino, a manutenção da democracia e da qualidade do ensino estão diretamente ligadas às práticas administrativas, que permitem a interação de todos os participantes da comunidade interna. No caso do IFRS, a integração proposta pelo reitor eleito é fundamental para que todos tenham acesso à participação democrática, vendo as necessidades de cada local como parte do todo da instituição.

O incentivo a mais ampla participação de técnicos administrativos e estudantes também merece destaque. Especialmente no caso dos alunos, pois o conhecimento e a aplicação de conceitos de democracia no dia a dia institucional promove a melhoria da qualidade da educação, formando cidadãos concientes dos processos que fazem parte na sociedade.

A consolidação do IFRS enquanto ensino público, gratuito e de qualidade está centrada nesses processos, que incentivam a todos que fazem parte da instituição para que participem ativamente das escolhas e decisões da mesma. A eleição de Júlio, que representava o grupo da situação na administração, endossa a ideia de que estão seguindo o caminho mais adequado aos olhos do público interno, que novamente os escolheu como representantes.

Referências:

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sido. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. In: **Em Aberto**, nº 72 Jun de 2000, p. 11-34.

PACHECO, Eliezer. Org. **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Ed. Moderna. São Paulo. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. org. **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.